



Feminismo de Estado: Pluralismo pragmático e transformismo nas metas de emancipação da mulher no ambiente político

Fabiane Medina da Cruz¹

Resumo

O presente trabalho analisa a ação do feminismo no Estado, a partir da etnografia das conferências de políticas públicas da área de gênero. Os resultados demonstram a existência de um feminismo de estado que incide no transformismo das metas de origem do movimento de mulheres aproximando a ação do movimento com o pluralismo pragmático da política pública, fazendo com que o feminismo não consiga encontrar uma saída para a ampliar o escopo da sua proposta no ambiente político.

Palavras-chave: sociedade civil; feminismo de estado; participação política; conferência da mulher; transformismo.

Resumen

El trabajo analiza la actuación del feminismo en el estado, por medio de la etnografía de la conferencia de las políticas públicas del género. Los resultados apuntan la existencia de un feminismo estatal que se ha centrado en el transformismo de sus objetivos de origen desde el movimiento de mujeres, mientras sua acción acercase del pluralismo pragmático, característica sustancial de la política pública, haciendo com que el feminismo no cumpra su compromiso de ampliar la propuesta de emancipación de la mujer en el ambiente político.

Palabras clave: sociedade civil; feminismo del estado; participación política; conferencias de las mujeres; transformismo.

Summary

This work analyses the action of the feminism in the State, by an ethnography of a politics for women: the gender area conferences. Results tell about the existence of a State Feminism, has suffered transformism in his originals objectives of the women's movement source targets and approached to pragmatic pluralism of the State, and didn't get an enlargement of the scope of his propose in political environment.

Keywords: civil society; state feminism; political participation; women conferences; transformism.

¹ Graduada em Ciências Sociais (UFMS) e Mestre em Sociologia com ênfase em Sociologia Política (UFGD), atua na pesquisa dos seguintes temas: Sociedade Civil, Participação Política, e Grupos Subalternos.

Introdução

O texto que apresento a seguir articula o conceito de Feminismo de Estado para a atuação do movimento feminista como fenômeno derivado do conjunto dos movimentos sociais contemporâneos que passam a fazer parte da sociedade política, atuando como membro executor da política pública setorial do governo. O termo passou a vigorar nas avaliações de conjuntura do movimento, no intento de promover um balanço sobre essa forma de mobilização, e vem sendo debatido por pensadoras da temática (CISNE, 2013; RANGEL, 2012; COSTA, 2011; CISNE & GURGEL, 2008), que assinalam que ocupar espaços na política estatal não tem demonstrado ser uma ação perspicaz para o feminismo.

A discussão que proponho foi elaborada da pesquisa desenvolvida no mestrado em Sociologia concluído no ano de 2015 (UFGD), na qual analisei as relações de poder compreendidas das conferências da mulher que ocorreram em vários municípios do Mato Grosso do Sul entre Maio e Outubro de 2011. Os dados foram extraídos por meio de observação participante, em que no decorrer de seis meses estive entregue ao desenvolvimento da organização dos eventos, por meio de assessoria técnica à coordenação estadual da mulher em questão. Momento esse em que, simultaneamente, tive a oportunidade de empregar técnicas sociológicas para registro das atividades de campo. Os resultados aqui apresentados foram aprimorados durante o mestrado, onde confrontei a coleta de campo com o reconhecido conjunto metodológico abrangido pela *etnografia da política* (PEIRANO, 1997). O método em questão prevê um confronto de percepções que procura colocar em debate o sistema de valores da política investigada com a percepção das diferenças notadas pelo pesquisador, do universo pesquisado. Com efeito, procura contrastar o discurso do ritual com a percepção de um envolvido na trama, pretende-se com isso “resolver os problemas tradicionais sobre a coincidência, semelhança ou distância entre os valores que circulam no universo pesquisado” (Id., Ibid.).

Neste trabalho, portanto, a envolvida na trama tratou-se de eu mesma como pesquisadora, tanto quanto, como cliente da política pública, ao mesmo tempo que uma interlocutora do feminismo. Pois, no momento em que estive envolvida no trabalho técnico, foi inevitável o emprego do olhar de uma mulher, participante comum – receptora da política de gênero, somando-se à experiência de ter participado do processo de candidatura de delegada na plenária da conferência estadual da mulher. Juntando-se a esse enfoque, ficaram patente também, durante o acompanhamento das atividades de gabinete e nos momentos em que estive assessorando a realização das conferências nos municípios do interior, a apreensão das relações de

poder que recortam o interesse pela pasta de políticas para as mulheres em direção dos poderes que se orientam pelos partidos políticos. Todas essas informações passaram pelo crivo de minhas orientações sociológicas, uma vez que, se tratava de uma profissional pesquisadora no desempenho das funções de uma consultoria prestada para o governo, mas, orientada para a contribuição social à realidade das mulheres às quais, eu mesma fazia parte. Destarte, o emprego da metodologia escolhida, proporcionou que transitasse por vários olhares, pois leva-se em conta na escola clássica da etnografia, que “a categoria política, é um dado que será sempre etnográfico” (PEIRANO, 1997, p. 22).

Consequentemente, para examinar das informações levantadas escolhi o ponto de partida de discuti-las tomando por base as categorias de “Transformismo” e “Pluralismo Pragmático”, por suposição de que há variação entre discurso e prática na identidade do movimento feminista, que ocorre neste ambiente que circula. Tendo em vista, inclusive, a crise já ter sido apontada pelas análises de conjuntura, como há destacado, denunciando que quando migra do ambiente da esfera pública da sociedade civil, e passa a fazer parte das secretarias governamentais, o movimento feminista há experimentado perdas nos referencias de mobilização. O fenômeno aponta que a pluralidade defendida pelo feminismo nos espaços de ação política modifica-se quanto a sua característica substantiva e passa a operar a partir de uma deformação da participação, valendo-se de um “pluralismo pragmático” que contabiliza nas instâncias de participação criadas e articuladas pelo estado.

O conceito de Transformismo é uma referência ao pensamento de Antônio Gramsci e o seu emprego neste trabalho está definido por Simionatto (1998) tal como assinala:

significa uma experiência privada de hegemonia, de elementos capazes de possibilitar o encaminhamento de transformações e reformas profundas, excluindo da vida democrática amplos setores populares. Agrega-se ao transformismo a noção de “revolução passiva”, uma revolução na qual os principais sujeitos históricos são excluídos do processo e cooptados pela hegemonia de classes totalmente alheias aos seus interesses (SIMIONATTO, 1998, p. 48).

Já para refletir sobre a falsa ideia de inclusão que a política pública setorial quer forçar-nos à percepção, discutirei a partir de argumentos desenvolvidos por André Dantas (2014) no seu doutorado sobre participação no conselho de saúde, porque esse autor explora os acontecimentos que levaram à aplicação da participação no Brasil, tendo por base um método histórico crítico mais assertivo no intuito de demonstrar como que a economia política é empregada para guiar as forças da classe trabalhadora, preparando terreno para a chegada do neoliberalismo na atuação das políticas públicas. O autor, que é herdeiro do legado marxiano de

José Paulo Neto, reconhecido analista político da escola marxiana da UFRJ, articula coerentemente categorias que levam em consideração a conjuntura histórica da participação popular no Brasil, salientando a contradição entre as “intenções e gestos” da organização civil que levou à intervenção combinada entre sociedade civil e sociedade política na (re)construção democrática do estado brasileiro, por via da participação social.

Resumindo das suas conclusões de pesquisa, a história política da participação cidadã em cenário nacional, demonstrou que por volta dos anos 1960, internacionalmente encerrava-se o *welfare state* conciliando com a chegada da agenda neoliberal no Brasil, que tinha como uma das metas a reconfiguração do aparelho do Estado sob a empresa de um modelo *fetichizado* de democracia, modelo esse, que não tardaria em expressar sob a participação democrática dos conselhos de saúde. Fenômeno que em seguida serviria como “a ponta de lança da bandeira civilizatória, que nasceu na saúde e se extrapolou por outros setores” e é hoje a configuração fundamental da política pública do estado brasileiro (Id., Ibid. p. 5). Neste interim, a participação é vista por Dantas e sua correspondente linha de pesquisa, não exatamente como um fenômeno sem derivados consecutivos, mas como um fato aliado a ocorrências históricas que conformaram as condições objetivas para o deslanche desse tipo de modelo político. Dantas emprega dados internacionais, aliados a fatos que são próprios da história nacional da política brasileira. A utilização desse recorte se justifica por localizar o Brasil num cenário mais amplo da política internacional e conectar os acontecimentos suscitados aqui num parâmetro que identifica esses acontecimentos num cenário global que envolve os países da América Latina. É mister justificar que compreendemos o Brasil como um desses blocos subalternizados ‘latinos’, isso porque, a situação corrobora com a realidade de uma região colonizada pela península ibérica, que tornou-se república *parcialmente* independente sob as mesmas condições históricas, econômicas e políticas que é pertinente à região da latinoamérica.

Feminismo e mudança social: conjuntura global do milênio

Se fechamos o século XX sob considerável novidade na esfera pública que nos acrescentou novo ânimo, avançamos no período atual com dificuldades paralizantes. Refiro-me ao movimento feminista, primeiramente à eficácia de sua mobilização em desenvolver uma articulação própria para que fosse possível, finalmente, sugerir uma *variedade* de pautas que floresceram no âmbito político de maneira perspicaz e duradoura. Pautas que foram, e são pertinentes, em demandar articulação, inclusão e rearticulação de temas vigentes, desde a sua chegada. Sem dúvida, a guinada da mobilização feminista foi um dos mais interessantes fenôme-

nos do âmbito público desse último século. Tendo vista, ter contribuído atualizando conceitos já impregnados do campo sociopolítico, como por exemplo, as relações de poder, concepções de violência, violência moral e dominação psíquica; como também, a prescrição de conceitos como alteridade e direitos humanos; a inserção de ações práticas tais quais as ações afirmativas; rediscussão dos padrões de cidadania, sexualidade; questionamento de direitos como direitos reprodutivos, que acrescentaram novas visões às questões de saúde pública, sistema jurídico, segurança pública, etc.

Com o movimento feminista, passamos a nos preocupar com a pluralidade de sujeitos sociais, individuais e coletivos, que circulam o ambiente social na era moderna. Despojamos as definições de violência, abandonamos velhos paradigmas e abraçamos novas metodologias para construir e desmistificar a hegemonia de um mundo normativo heterossexista, tal qual, os interstícios do discurso normatizador da sociedade, a saber: os estratagemas do poder simbólico na construção dos *selves*. Testamos também, a validade das estratégias de meios e fins na trajetória do *empoderamento* dos grupos subalternizados e desmitificamos processos de desenvolvimento econômico social geopolítico.

Como vemos, o saldo da atuação do movimento feminista é positivo em nível global. Pois, foi um movimento que, mesmo tendo sofrido altos e baixos na deflagração de seu desempenho, prosperou em meio a crises de estabilidade social e política ajustadas por mudanças na economia e por reajustes nos regimes democráticos. Enfim, esse é o panorama do movimento, que hoje perdura sob formidável aptidão agregadora, visto que, multiplica-se formidavelmente pelo mundo da vida conquistando posições consolidadas em variados setores da sociedade.

Assim sendo, um dos ambientes que recebeu a investida do movimento feminista foi a esfera governamental. Graças a plataforma das políticas públicas, o feminismo ocupa atualmente órgãos e secretarias no meio estatal. Nesta seara irei discutir especialmente a ação do feminismo nacional, que, desde 2003, apresenta um modo novo de atuação, assumindo uma secretaria especial de políticas para as mulheres, organismo com *status* de ministério, que se preocupa em cuidar dos interesses de gênero no terreno administrativo do Estado brasileiro. Desígnio sob o qual o movimento feminista adita mais um nível à sua trajetória, o “feminismo de estado”.

O termo é pertinente para discutir o movimento feminista dentro da política pública setorial do estado, pois convalida um espaço da política de gênero que se vincula ao referencial da política do estado, expressando um pluralismo pragmático que não acrescenta amplitude ao discurso de inclusão substantiva de mulheres, nem na política, nem nos direitos for-

mais legislativos, mas consagra uma meta de estar entre os setores de poder majoritário na sociedade moderna, pois está presente dentro do Estado-Nação. Por tudo isso, examino neste trabalho a atuação feminista enquanto secretaria governamental, ao qual acrescento que emprego a atitude crítica e o pensamento crítico que são fundantes do próprio feminismo, visto que, a atitude está inerente à sua filosofia, porquanto, essa ação crítica, desconstrutora de paradigmas é o fundamento que define o seu modo de ser.

Neste caso, advirto que destacar o nível político insigne que consagrou o feminismo na esfera social brasileira, para, apontar-lhe descaminhos na trilha pela emancipação da mulher, não se configura numa atitude imprudente – tendendo ignorar os êxitos, conquistas e lutas, desqualificando o importante fenômeno de mobilização do feminismo em solo nacional (como muitas vezes já fui notificada ao apresentar as teses sobre o feminismo de estado). Pois, pelo contrário, creio que esta é a melhor forma de reconhecer a grandeza de articulação desse movimento, pois concentrando ao estudo de sua trajetória a dignidade analítica da ‘alta política’, defino o feminismo tal qual nomeado por Gramsci o estudo do “estadismo maquiavélico” (GRAMSCI, 1980).

Portanto, é então pertinente aqui consagrar esse êxito, enaltecendo a jornada que trouxe o feminismo até o estado, consumando o ápice da sua trajetória política – tomando em consideração que a mobilização feminista iniciou-se no apelo pelo sufrágio e culminou no tratado de Gouges (1791), marco do advento da alteridade na seara da cidadania. Jornada essa, que aboliu a condição de invisibilidade e inexistência e trouxe a representação da mulher para o centro da discussão sobre o futuro político da humanidade. Tendo em conta que o Estado é a entidade máxima do poder, nas sociedades modernas contemporâneas, motivo pelo qual, o feminismo não poderia estar em mais alto grau de seu desenvolvimento político, justamente empregando-se junto ao poder do estado. Entretanto, chamo atenção neste texto, que essa ação coletiva do feminismo, mesmo justificada dessa consagrada trajetória de mobilização, carece de reflexão sobre os contornos do escopo político que vem adotando.

O resgate político do curso paralelo da condição da mulher e da soberania do Estado pode nos dar a noção da dificuldade dessa trajetória. Lá nos entornos do século XIX e início do século XX, um Estado que incorporasse na sua política o discurso da equidade de gênero só poderia estar respaldado por um referencial subversivo que trouxesse à tona um regime novo de Estado; que forçasse a incluir novos traços culturais à economia; e compreendesse caminhos extraordinários; unindo a bandeira feminista à ‘utopia’ de um estado que se organizasse em torno de uma revolução radical. Portanto, esta foi por muito tempo dentro do imaginário da sua militância, a única saída plausível para o deslanche da equidade das condições de

gênero, discurso que tornou-se uma querela dentro do feminismo. Postura que foi tanto adorada quanto refutada dentro do movimento, e se faz ainda presente, no questionamento sobre qual posição devemos assumir dentro do feminismo: se ficamos ‘do lado’ de um feminismo de classe ou se adotamos um feminismo de ‘gênero’. Mais especialmente, trata-se de uma crise existencial que acirra a sua militância, dando materialidade às indagações a respeito daquilo que nos une, como do que nos separa dentro do feminismo.

Esse é um embate interno bem conhecido. Diria que é uma rivalidade ainda muito pulsante no movimento, o combustível de embate entre as dissonantes propostas que articulam uma vertente classista – defendendo uma prerrogativa das mulheres trabalhadoras no discurso feminista. Contra a que ficou conhecida como o declive do feminismo, ou o feminismo liberal, berço também de sua fundação, que teve como sítio histórico o sufrágio elitista das mulheres francesas e a posterior atuação dos clubes de mulheres da burguesia norte-americana no *boom* de um regime que prometia emancipar a mulher do espaço doméstico e aproxima-la do consumismo e liberta-la através da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Sobre essa separação, destaca-se a existência dentre as ‘nuances’ do feminismo, uma posição atual chamada de interseccional, que articula às visões da problemática de gênero, conflagrações de questões como a divisão do trabalho, segregação espacial e segmentação das mulheres dentro da sociedade de classes, sobrepostas por níveis de violência moral e institucional baseado em estigmas atribuídos pela cor, raça e etnia que separam as mulheres (SAFIOTTI, 1976; SPIVAK, 2010; CRENSHAW, 2002).

No Brasil, uma das principais pensadoras da área do conhecimento de gênero, que tem até hoje singular importância para os movimentos sociais no desenvolvimento de seus trabalhos junto a comunidades de mulheres (seja de uma, seja de outra vertente do feminismo), tanto quanto projeta-se com autoridade para o postulado legal do gênero no campo jurídico, é Helleieth Saffioti, socióloga brasileira que marcou sua trajetória na interlocução nacional do conceito de gênero. Traçando o quadro de temas privados no terreno do público, conferindo devida importância política à discussão sobre gênero. A autora foi uma das que criticou o feminismo “burguês”, mas sem embrenhar na seara das revoluções, propôs ao invés disso, uma metodologia analítica que articulasse problemas reais sobre os efeitos do racismo, da separação de classes e a invisibilidade das etnias ao conceito de gênero.

Saffioti (1976) desenvolveu o argumento de que há muitos mitos acerca da emancipação da mulher pela sociedade moderna. Pois, numa sociedade onde todas as gradações sociais são mantidas, criadas e requalificadas como desvantagens dentro do sistema utilitário de produção, e ainda, como firmou-se que ser mulher é uma considerável desvantagem dentro desse

sistema, essa característica só poderá ter um destino evidente: será revertida em favor de um aparelho segregacional tão potente, que não contará apenas com elementos que beneficiam-se com a dominação, mas que entra em operação, colocando umas contra as outras as subjugadas pela exclusão, ou seja contamina as próprias mulheres, fazendo delas sujeitos e objetos da exclusão.

A hipótese deste trabalho é que o legado construído pela discussão sobre o papel da mulher na esfera pública, que estabeleceu a categoria de gênero como uma reconhecida categoria da esfera política, encontra-se hoje sob possível ameaça de desarticulação. A principal fonte dessa ameaça é o impasse negativo derivado do tipo de atuação do feminismo na carreira estatal ter nutrido um considerável problema ao legado de luta por autonomia, fazendo com que fosse deslocada a sua vocação principal, de emancipar a mulher, na disputa por protagonismo dentro de uma sociedade política eticamente desconcertada, da qual o movimento hoje faz parte com muito esmero.

Já que, em contraste com tantas possibilidades que encontramos hoje, aberta pelo seu próprio legado ao desenvolvimento da personalidade feminina, a centralidade da busca por ocupar espaços de poder nas secretarias do estado, fez da ação democrática um argumento fetichizado da ação coletiva dos movimentos sociais que se localizaram no perímetro estatal. Para discutir a hipótese que apresento deste problema, debatarei a seguir argumentos acerca da sociedade civil. Essa hipótese está formulada sob os conceitos de Antônio Gramsci sobre a prerrogativa de que os grupos hegemônicos procuram salvaguardar a soberania dos que reinam nesse cenário. E por isso, pregam um essencial normativo de comportamento político, ou mais propriamente, torna a sociedade civil um nível complexo de articulação, ou melhor, um território capcioso para a integração de sujeitos e lutas.

O Estado é a síntese da sociedade política e da sociedade civil

É mister reconhecer que, de acordo com a sua formação histórica, o Estado nada mais é que um aparelho formado a adaptar as massas populares ao tipo de produção e economia de determinada época, que aperfeiçoou-se sob iniciativa de um grupo que deteve o controle majoritário da política, a classe burguesa (GRAMSCI, 2011).

Sabemos que esta é uma proposição vital do marxismo, mas, por quanto seja, propriamente por confirmar-se nos atos do estado, tornou-se também uma sentença indiscutível na conjuntura atual. Entretanto, o que Gramsci acrescenta no entendimento desse problema é considerar que toda existência e soberania de um Estado está sustentada pela relação interna

entre interesses que representam os grupos divergentes que vivem sob a autoridade do poder que os governam. Mas que, o ideal burguês não é o único modo de pensar a sociedade civil, já que este ambiente pode, porém, ser contaminado por ideais mais éticos sobre como se configura a política (Id., Ibid.).

Por isso, a depender do universo político que forma ao seu entorno – e de acordo de como responde a esses estímulos – temos que entender que o Estado pode ser compreendido de maneiras antagônicas. Pode ele estar de acordo com a síntese da conexão de poderes entre a sociedade política e a sociedade civil, ou, de outro modo, pode operar como antítese entre um e outro bloco de força. Pois quando não há confluência de tais interesses especificamente, a relação entre esses dois blocos de poder coletivo é marcada pelo conflito e a confluência para esse conflito se finda no Estado, na disputa que os grupos travam pela hegemonia desse espaço absoluto do poder político (Id., Ibid.).

Entende-se assim que existe uma variedade de posições na política empreendida pelos grupos sociais na esfera pública e que essa é uma característica reconhecida por Gramsci quando resolve apontar não a unanimidade de tais propostas, mas quando procura entender que essa pluralidade característica da sociedade civil pode implicar na conformação do Estado diretamente, na qualidade da sua ação administrativa. Já que o Estado não é um elemento estático, nem onipotente, mas um mecanismo guiado, ou melhor, moldado pela síntese (ou a antítese) dos interesses que se desenham na sociedade civil.

A sociedade política e a sociedade civil são, assim, dois blocos responsáveis pelo teor da ação, como também, da autoridade da execução dos temas e pautas políticas do Estado. Porém, quando elas tomam direções opostas na condução de seus temas, ou se encontram entre impasses irreconciliáveis de conflitividade em relação às demandas, caberá ao Estado despontar como antítese do conflito entre esses dois blocos de força. Conformando-se em elemento gerencial disputado por essas duas frentes, que procuram impor, uma a cima da outra, demandas difusas (Id, ibid.).

Consequentemente, o Estado, nessa posição tenderá defender os interesses do grupo que concentrar o maior nível de poder entre os meios estatais. Ou seja, tenderá a representar a política daquele que controlar maior número de posições dentro do “terreno” da hegemonia. E nesse caso, a hegemonia se articulará na sociedade civil. Assinalamos como para o feminismo de estado esta é uma confluência perversa.

Outra característica possível para o embasamento do Estado é quando a sociedade política é suprema no empenho do poder, configurando-se ela mesma no corpo estatal, sem colaboradores, nem divergentes, ou seja, usufrui de autoridade máxima, e unânime, dentre o

espaço do Estado. Nesse caso, a pluralidade da sociedade civil é inexistente, pois foi perseguida e destruída pela personalidade tirânica da sociedade política. Isso é o que acontece no contexto de um regime fascista. Momento este, em que a sociedade civil e a sociedade política é a simbiose uma da outra, no Estado. Não havendo possibilidade dentro dessas esferas, de variedade ou pluralidade de posições.

No entanto, Gramsci argumenta que se há equilíbrio entre as demandas da sociedade civil, teremos enquanto síntese, um Estado prudente, em que os grupos dividem com algum grau de sensatez a administração dos serviços governamentais. Esta, porém, seria a condição mais correta e a que mais se aproxima de uma sociedade justa e equilibrada em termos de representação política. Pois o grupo social que coordena a esfera política é regente de uma sociedade nacional que “coopera” através do consenso, e não da coerção. Que por meio da colaboração espontânea dos setores da sociedade civil conta com o exercício político das instituições, quanto elas sejam, entidades religiosas, ou sindicatos, bem como, escolas e universidades e cooperativas, etc. (GRAMSCI, 2004). Quando se dá desta maneira podemos chamar de participação a atuação dos sujeitos sociais na esfera pública. Mas, que até chegarmos nesse momento ideal oportuno, atravessaremos o malogrado terreno da assimilação, cooptação das vontades e hegemonia chamado, sociedade civil.

Retomando a literatura política, percebemos que sabemos bastante sobre o estado e a sociedade política, pois lidamos com mais frequência com estudos que dedicam e aprimoram a compreensão da ação dos partidos, uma das principais facções da sociedade política. Sabemos sobre outras partes desse montante, que se constitui nos setores tal como os tribunais jurídicos, que são órgãos estatais de liderança indireta, pois são compostos por figuras que não fazem parte do pleito eleitoral, mas que partilham desse poder, tendo em vista que são ocupados por figuras de confiança dos membros representantes das camadas partidárias da política eleitoral. Esses setores também são temas de pesquisa e contam com avaliação sistemática.

No entanto, a esfera política da sociedade civil é um complexo indefinido da articulação dos grupos que também estão na disputa pelo poder, mas que nem sempre são alvos de melhores esclarecimentos de seus atos.

Na sociedade civil, há variados níveis de articulação política que são caracterizados pela formação de poder entre grupos que desejam chegar ao patamar hegemônico na execução do poder soberano do Estado, ou que desejam comportar-se com o mesmo poder. Deter-me-ei em um desses níveis da articulação, representado pelos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são um tipo de personalidade política grupal da sociedade civil, como se fossem os partidos para a sociedade política, pois também se encontram na esfera pública, mas não são a *própria* sociedade civil. Confundem-se muitas vezes com ela, pois são frações de uma esfera política que não é estatal.

Grosso modo, são elementos não estatais da esfera política. Posto que se apresentam como alternativas à legenda partidária, pois representam interesses coletivos dos variados grupos que permeiam a sociedade e que têm interesse em encaminhar suas demandas e organizar-se para fazer valer requisições que lhe são pertinentes. Entretanto, destacam-se dos partidos políticos, pois estes sim são elementos históricos estatais por natureza.

Um movimento social, por sua vez, não precisa, necessariamente, ser um elemento estatal, não obstante, tem a função de um intelectual coletivo, unindo a capacidade de construir e articular hegemonia ou disputar o campo do consenso político, tanto quanto o estado. Ou seja, em muitos dos casos, tal como a realidade nos apresenta, os movimentos sociais assumem a competência de tornar-se um próprio aparelho do estado, passando a fazer parte de uma confluência perversa, por quanto seja, quando passa a carregar consigo a vontade de pacificar a consciência das massas e legitimar o poder hegemônico da elite que se expressa do estado.

Grosso modo, é assim que funciona a política na sociedade civil. Esfera caracterizada por ser um ambiente normativo da articulação das vontades. Pois, tendo em vista a variedade de mobilização dos grupos, para atuar na esfera pública da sociedade civil, ou seja, para fazer parte do seu repositório de interlocução, é imperativo que o movimento político tenha o Estado na sua direção focal de atuação. Isso acontece porque o estado é a justificativa respectiva da sua sociedade civil. Destarte, é nesta área que os confrontos se definem, para a partir de então, traçar um plano de governo. Por esse motivo, o estudo da conformação da sociedade civil é mais argucioso para entender o sistema de valores da política nas sociedades modernas (GRAMSCI, 2002).

A afirmativa de Gramsci de que a sociedade civil é complexa, é confirmada quando percebemos que esse ambiente é conformado pelo interesse antagônico das classes isoladas, que sofrem embargo para encontrar seu próprio círculo de representação em meio à política da sociedade civil. Pois quando esses atores se lançam na esfera pública encontram na sociedade civil os limites para articulação de temas próprios, como se fossem colocados obstáculos (Gramsci empregaria “trincheiras”), mas como falamos de um ambiente que não é físico, essas trincheiras são discursivas. Ou seja, a sociedade civil é um tipo ideal de espaço de triagem das metas políticas que não permite que tipos externos e diferentes de metas consigam desen-

volver meios proveitosos para que deixem de ser subalternas, passando a emergir suas demandas ao processo decisório. Nesta triagem, criam-se dificuldades ou ajeitam bloqueios políticos para garantir o exercício da participação dentro dos moldes que estejam em conformidade com a primazia política dos grupos dominantes. Pois, são os grupos dominantes os personagens principais desse espaço. Portanto, não são todas as classes e grupos que conseguem e conquistam espaço para exercer a participação, visto que estão agindo num terreno de atuação onde as regras são formadas pelas tramas da elite social (Id., Ibid.).

É por essa razão que mantemos um Estado, do tipo burocrático, pois esse modelo cabe nos moldes de aparelhamento da hegemonia de classe, indiferente a questões éticas, e dominante nos processos decisórios desde que lhe roguem privilégios especiais. Neste ambiente, portanto, cabe ao intelectual coletivo, seja ele o movimento social ou o partido, agir como mero construtor de ideologias para governar os outros grupos e legitimar seu poder hegemônico (GRAMSCI, 1980).

É por meio dos intelectuais que os grupos encontram maneiras de exercer a participação nos assuntos do Estado e na sua esfera política. Os intelectuais (coletivos) representam as classes ou grupos no espaço político, que envolve o Estado, ou seja, na esfera pública da política em que conjugam sociedade civil e sociedade política as relações são orgânicas e estão alinhadas às suas classes de origem (Id, 2004).

Sendo assim, os aparelhos da hegemonia de uma classe contam com “múltiplas articulações e subsistemas, tais como o aparelho de ensino, o aparelho cultural e editorial, organização da informação”, incluindo conseqüentemente as instituições religiosas, “o quadro de vida e até o nome das ruas” (BUCI-GLUKSMANN, 1980, p. 36)

Já os intelectuais são indivíduos exercendo sua liderança política, por meio de um partido ou de uma instituição representante de determinado ofício que tem conotação política podendo ser de caráter coletivo, como por exemplo um conselho profissional, ou sindicato, que tem condições de representar a síntese de uma personalidade grupal. Tal como um movimento social, equivale a uma liderança coletiva, que, de acordo a postura assumida, irá denotar sua posição de classe. Gramsci sugere que a história política dos grupos subalternos deve ser estudada de forma adjacente ao desenvolvimento da sociedade civil. No caderno 5 – Notas sobre o *Risorgimento*, Gramsci dedica um trecho de seu trabalho para se referir diretamente à história dos grupos sociais subalternos na Itália. Muitas das reflexões desse caderno podem ser pertinentes como reflexão filosófica e epistemológica de como a pensar os limites e possibilidades colocados aos grupos que estão no pleito da democracia política hoje.

Sugiro a partir desse referencial algumas aproximações entre a história da mobilização política da sociedade civil no Brasil, as metas de emancipação da mulher postas pelo movimento feminista e a relação que este intelectual coletivo mantém com as classes subalternas na articulação de um feminismo de estado que está presente no imaginário político do feminismo em contexto nacional. Tendo em conta que essa articulação assume uma forma peculiar para lidar com os grupos de mulheres das classes e grupos subalternos, que valida uma posição hegemônica do feminismo no âmbito político. Creio com isso oferecer respostas para poder encarar mais acertadamente às análises de conjuntura dos movimentos sociais, da América Latina, que, de importantes respaldos ao projeto de poder popular se configuram hoje em eficientes aparelhos de difusão do poder do estado.

Sociedade civil: o “nós” e “os outros”

Entendemos que a principal dificuldade que o tema dos *outros* tem de transcender as muralhas repressoras do Estado está fundamentado na história política do Estado moderno. Pois esta é a grande inovação da virada do mundo antigo para o mundo presente e com esta mudança se misturaram muitos ideais que ainda não foram enfrentados na sua realidade. Por quanto seja, as características dessa mudança destacam-se no trecho a seguir:

Substitui[-se] o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abol[ui-se] algumas autonomias, que, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura (GRAMSCI, 2002, p. 139).

Acrescenta-se ainda que “a unidade histórica fundamental do Estado moderno, por seu caráter concreto, como o resultado das relações orgânicas entre Estado (ou sociedade política) e a sociedade civil” (Id., loc., Cit.), destaca uma classe como dominante e localiza as classes subalternas à margem da história. Essa é a configuração imanente do Estado moderno.

Observamos ainda, que a investida por parte dos grupos “dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos” é um trabalho frequente da trajetória política (Id., loc., Cit.). Pois mesmo que surjam novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, serão induzidos pela ideologia dominante a serem desenhados sobre os quadros antigos, onde certamente perderão sua força, corrompidos pela ideologia moral que guarda o Estado como propriedade dos que governam.

Isto torna a história do florescimento de representantes dos grupos subalternos uma experiência complexa, pois, para ingressar na esfera política da sociedade civil, deparam-se

com um doutrinário sistema de ordem política que assimila a vontade coletiva, encaminhando para o *transformismo* das suas metas de origem.

Esta é uma descrição da sociedade civil que perfeitamente engloba a política dos movimentos sociais que atuam no estado, como nos é o caso do feminismo. Ou seja, a sociedade civil é um ambiente essencial de vanguarda dos blocos que exercem hegemonia de pensamento, comportamento e ideal político. Um ambiente colonizado pela ideologia dominante. Finalmente, é importante notar que o sistema político se unifica na sociedade civil, que assume a aparência de oposição à sociedade política, mas que na sua essência age em complementariedade com ela. Essa perspectiva está fundamentada na existência do Estado, e na característica de sua atuação política. Nesse caso, a sociedade civil procurando firmar-se como força política complementar da sociedade política, tem como função assimilar e descaracterizar os projetos dos *outros* que lhe são diferentes, para reafirmar sua ação dentro dos limites da busca pelo poder. Portanto, os grupos ao ingressar nesse sistema, passam a colaborar com a classe que está no poder, dando-lhe maior condição de vantagem. Por tudo isso, afirma-se que a sociedade civil é o território normativo da ação coletiva.

O estudo de André Dantas (2014) acerca do pluralismo pragmático da participação no Brasil aponta que o andamento da política pública setorial e desassociada que é conduzida no país, significa grave retrocesso para as metas estratégicas da inclusão da classe subalterna do país. Assinala, que esta derrocada foi culminada pelo abandono do projeto emancipatório da camada popular, fruto de uma crise de paradigmas que transformou os ideais de participação da classe trabalhadora em um projeto que foi negociado em troca de conquistas no interior da ordem burguesa, articulando uma reorganizada exploração de classe pelas elites da *intelligentsia* social brasileira.

No treco a seguir, apresenta um resumo da obra:

Diante de uma sociedade civil compreendida como reduto do *bem* e supostamente fragilizada diante de um Estado (...) intrinsecamente autoritário, (...) a reeducação deste Estado por esta mesma sociedade civil, através da abertura de canais formais de participação democrática, era o norte a ser buscado. [Entretanto,] o Estado, ele mesmo, figuraria como o agente, o patrocinador da democratização pelo estímulo ao fortalecimento da sociedade civil. Eis o nó a nos desfiar (DANTAS, 2014, p. 2).

Dantas, nessa análise, identifica como ponto de convergência da queda do protagonismo do projeto popular, o *transformismo* do projeto de democratização do Estado, guiado por uma força da sociedade civil que tinha interesses em disputar espaços de privilégios no Estado. O que explicita esse percurso é a adequação “tática” em favor de uma agenda interna-

cional democrática fetichizada, de valor abstrato e universal, que firmou-se em torno de um que se adiantou em estabelecer a relação da classe trabalhadora com o Estado em uma ação destacada e setorial, subscrita pelo abandono da vontade emancipatória que trouxe por consequência a criação de um ementário de participação panfletária, arrolada pelo discurso de transição de um Estado *autoritário* para um Estado *participativo*, conjectura que só ocorreu de forma figurativa. Tendo em vista a luta dos trabalhadores ter sido rearticulada em torno de uma reforma sanitária (RSB²), tanto em sentido denotativo, quanto conotativo (DANTAS, 2014).

Dantas, destaca o fator elitista que fez da democracia um elemento fundamental de consenso e que veio da inquietante vontade de colonizar a máquina estatal, que, em registro mais profundo se expressa em favor da absolutização do poder de Estado como estratégia de classe (Id., Ibid). Em consequência, reformas setoriais serviu de caminho às políticas públicas como forma de afastar o espectro de um Brasil cidadão pensado desde as classes populares, desviando do foco de procurar assumir responsabilidades mais sérias para com essa classe acolhendo as demandas que realmente fizessem parta das demandas das massas, para adotar uma agenda técnica que pouco toca na questão da realidade social da classe pobre no Brasil.

É mister identificar o movimento feminista como parte desta porção elitista. No que concerne ao discurso das políticas de gênero no Brasil, já que o segmento subalterno da sociedade civil pelo recorte de gênero é formado por mulheres indígenas e mulheres rurais, a quem, até o presente momento encontramos dificuldade de pontuar nas propostas de empoderamento do espaço público, e não por acaso são a quem está negada a voz dentro do feminismo, e ironicamente são as que não são incluídas na efetividade das políticas públicas.

Notas metodológicas da pesquisa de campo

Acompanhei durante seis meses a mobilização das conferências de políticas para as mulheres. Anteriormente, fui acadêmica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul onde fui apresentada para os grupos de gênero da universidade, aos quais despertou-me bastante interesse como membro comum da comunidade de mulheres que encontram limites nas suas vivências, dificultadas pela condição histórica de exclusão da mulher do espaço público. Além de pesquisadora e socióloga, assumo também a posição de interlocutora do feminismo nesta pesquisa, pois sou cliente da política pública e cidadã da participante da vontade social de um ambiente mais justo e equitativo, que livre as mulheres das

² Reforma Sanitária Brasileira

condições desfavoráveis que é factual à identidade feminina. Esta condição de exclusão do espaço público é potencializada pela realidade demográfica específica da região a qual sou originária, e onde fiz questão de empreender esse levantamento sociopolítico de participação da mulher.

A região do Mato Grosso do Sul é uma região bastante peculiar no que tange aos conflitos de violência e exclusão étnica, conhecida internacionalmente, representando um problema sensível e de difícil solução. Sou descendente de uma população guarani, conheço bastante da realidade cotidiana das famílias indígenas pelo território do estado, as idas e vindas, a falta de encaixe social. Cresci num bairro de periferia na cidade de Campo Grande e entendo bem da realidade das jovens mulheres da classe pobre deste país. Concluí a graduação com trabalho de pesquisa sobre mão-de-obra indígena e colonização do Sul do Mato Grosso no período do Brasil Império, pois tinha bastante interesse de conhecer mais sobre minhas origens. No mestrado, quis entender a relação entre a mulher da periferia e o feminismo. Saber como ocorre essa relação, pois minha curiosidade sempre foi a população subalterna, não por acaso.

Quando iniciei o trabalho de consultoria técnica na coordenadoria estadual da mulher, meu olhar de intelectual subalterna e pesquisadora das ciências sociais estava aguçado para as questões políticas de exclusão dos sujeitos, que são marginalizados pelo contexto de uma cultura universal de sociedade, que tem como princípio a vida cidadina e o desenvolvimento metropolitano das identidades sociais. Meu trabalho na coordenadoria consistia em dar suporte às coordenadoras para mobilizar as conferências da mulher pelo interior do estado, isso me proporcionou acompanhar as conferências compondo o quadro da equipe técnica, para, assim, dedicar atenção em poder entender o outro lado da realidade das mulheres, o lado onde se formula o discurso feminista, assim como, o constructo que dá vida às políticas públicas e como acontece a interação ente essas duas vertentes que tanto se propaga quando o assunto é gênero e empoderamento nos espaços de poder. Portanto, gostaria de entender como esse *slogan* do feminismo impactava a vida de mulheres que, no meu modo de ver, encontravam-se muito aquém dessa proposta modernizadora. Algumas das impressões se confirmaram, porém, muitas outras questões se revelaram com a vivência de campo.

As pesquisas se deram em meio ao trabalho de consultoria e contaram com técnica de armazenamento de dados, tal como, caderno de campo. Material no qual fiz registros e anotações ações sobre o meu estranhamento do cenário, tanto quanto, reuni diversas trechos de falas e reflexões suscitadas de situações em que surgiam constrangimentos entre as mulheres da plenária e o trabalho da coordenadoria. Por exemplo, circunstâncias em que o temário da

conferência indicava um avanço da política de gênero, mas que os casos reais compartilhados por mulheres presentes na plenária, desmentia, muitas vezes, os dados apresentados pela coordenadoria, em temas que versava sobre investimento, acesso, garantia ou prestação de serviços que cabiam à melhoria de vida daquelas mulheres em situação real de violência e negligência institucional. Já que tantas vezes foi evidenciada a invisibilidade das suas dificuldades de vida, para além dos espaços de poder, que entendo se tratar das universidades, do mercado de trabalho, da política, ou da esfera pública, de modo geral. Vez que são desses espaços que se referem as operadoras do feminismo quando apresentam o estado da arte da condição da mulher na sociedade, e é justamente essa a exposição apresentada nos momentos que compreendem as conferências para delimitar o que é uma mulher cidadã.

Por fim, reafirmo, que o empreendimento deste trabalho encontra-se na confluência interseccional de três fatores determinantes: a minha condição sociocultural enquanto mulher subalterna originária desta região; a minha condição de pesquisadora, no exercício da função de cientista social, que por meio da aplicação de categorias metodológicas pertinentes à leitura da vivência do trabalho de campo trouxe para a discussão as relações de poder que perpassam a política de estado para a temática de gênero; outrossim, trata-se também da percepção subjetiva de uma pessoa que faz parte de um contexto global de sociedade, ao qual atua ao mesmo tempo, como agente e receptora das transformações do feminismo.

Em resumo dos dados de campo, a conclusão foi a seguinte: Durante as conferências pelo interior, a primeira coisa que me chamou atenção foi a composição das plenárias: a minoria das mulheres era indígena e camponesas. Esse dado se torna bastante expressivo quando pensamos que os municípios do interior do MS são em grande medida povoados por assentamentos rurais, aldeias e acampamentos sem-terra e indígenas, pois essa é uma realidade clássica do cotidiano sul-mato-grossense. Sendo visível até para quem não faz parte dessa realidade, dado o contingente de acampamentos presente nas estradas e as constantes notícias de conflitos rurais que fazem vítimas entre os camponeses e índios, notas que povoam os cadernos de notícias do estado. Em todo o caso, além da notável baixa presença da população indígena e camponesa, apliquei uma quantidade substancial de questionários, de tipo survey, nas conferências, sob o intuito de filtrar o “perfil das mulheres que participaram das conferências da mulher no MS”, resultados que foram publicados em CRUZ (2014), demonstrando que o recorte de participação nas conferências não contempla a participação das mulheres subalternas no MS. Neste artigo, discuto também as categorias substantivas de inclusão e a formatação engessada das conferências como contorno que não contribui para receber, nem processar, as demandas suscitadas pelas participantes e que o registro da presença de ‘segmentos sociais

diversificados' no ambiente procura apenas marcar a presença como forma de ratificar a política de estado setorial, sob o recorte de gênero.

Segundo dado que foi expressivo da política estatal de gênero, apreendido da observação participante do ambiente dos gabinetes, é que há um isolamento que distingue as mulheres no exercício de suas funções políticas enquanto gestoras de políticas públicas das militantes de coletivos de feministas, sendo que, a interação entre elas é recortada por uma estrutura hermética onde as gestoras são personalidades autorizadas e as militantes significam seu público. Esse elemento fica patente no ambiente de gabinete, tanto quanto nos bastidores dos eventos em que se encontram personalidades que fazem carreira no tema das relações de gênero e ou feminista. Dessas apreensões ficaram patentes também, que se instala entre elas uma rivalidade da agremiação partidária de cada uma, colocando-as em posições antagônicas, mesmo quando seus discursos auto afirmassem fazerem parte de um constructo único, isto seja, estarem unidas para construir, de modo diferente, uma política para as mulheres que perceba as reais necessidades das mulheres e não as necessidades do poder partidário. Nesse caso, a principal dicotomia que as separa, trata-se da divisão entre os grupos que apoiam a gestão atual (PMDB e aliados) da secretaria estadual da mulher; e os grupos que representam as anteriores gestoras da antiga coordenadoria, fundada e encabeçada pelas mulheres do Partido dos Trabalhadores. Essas duas vertentes, posicionavam a militância do movimento feminista e é o fato de maior responsabilidade da circunstância de disputa de poderes entre as mulheres, fazendo com que pouco sobrasse do tempo para a discussão real da condição da mulher na conjuntura da política de gênero.

Outro motivo de cisão que foi bastante perceptível, mas, que ficou mais exclusivo à relação interna das militantes dos coletivos de mulheres presentes, tanto nas conferências, quanto em reuniões para os acertos do calendário dos eventos, foi o de orientação que cada uma das feministas, ou dos coletivos feministas, adotavam para sua atuação no feminismo. Trata-se de um antagonismo já bem conhecido, que é a cisão entre as vertentes de classe e a vertente de gênero, que polarizam a solidariedade entre as militantes feministas. Nota-se desse caso, que alguns elementos recordam orientações da economia política tal qual do contexto de disputa entre os regimes capitalista e socialista. Elementos esses que distanciam as que, tecnicamente estariam de acordo com o regime capitalista as que estão em desacordo com isso, e defendem um regime socialista para a proposta de inclusão da mulher no espaço público. Essa foi uma curiosa surpresa, já que configura uma desoladora questão interna do movimento. Descobri nessa vivência que este é um recorte que perpassa toda a história do feminismo e

persiste até hoje, inviabilizando a aproximação entre as vertentes. Constitui-se assim uma das rivalidades mais fundamentais entre as agentes de mobilização feminista do espaço político.

Considero, portanto, que tais vivências configuram elemento pedagógico sobre a atuação do movimento feminista no estado. E mais ainda, fornece informações importantes sobre a função e concepção do estado, quanto oferece análise da sua compreensão prática e expõe dados de sobre como se realizam as políticas públicas por dentro dos seus bastidores. Apon-tando, desse modo, seus entraves e limitações e, sobretudo, apresentam como se configuram as relações de poder tendo como objeto de reflexão o feminismo numa experiência de aparelhamento do estado.

A esfera política da sociedade civil: o contexto da participação

Ao longo dos anos 1980 iniciou-se um movimento pela democratização do Estado no Brasil. Após uma crise dos padrões sociais e políticos vigentes, a sociedade civil impulsionou um terreno a partir do qual se construiria a democracia: transferindo para esse terreno todo a potencialidade democrática da luta por direitos sociais e políticos que, no derrocar dos regimes ditatoriais na América do Sul, e depois do esgotamento do sistema socialista do leste europeu, arquitetou-se “um estado para a sociedade civil” brasileira (NOGUEIRA, 2003, p. 188).

Durante os anos de autoritarismo, o espaço reservado para a vida política fora do Estado era pouco ou inexistente. Pouco depois, no período da democratização o cenário se multiplicou, mas conservando seu padrão autoritário e repressor da organização de classe, raça e das etnias. Instaurando-se um pluralismo pragmático que ainda hoje exerce influência nas identidades subalternas no Brasil.

Os períodos de democratização não abandonaram o pensamento liberal conservador da busca por um Estado regulador e repressor, falsamente agregador das demandas e projetos políticos das classes e grupos populares e dos grupos étnicos.

Para esse caso, a percepção da sociedade civil é que esta é um braço do Estado, e o Estado é um aparelho de hegemonia da Sociedade Civil, em razão de se aglutinarem organicamente para conter energias sociais subsersivas/contestadoras e continuar a atender as prerrogativas da elite, que vive ainda sob o legado das oligarquias nacionais.

Esta a fase é estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias (...) entram em confrontação e uma delas tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins

econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, (...) criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2002, p. 41).

José de Souza Martins (1983; 1989) afirma de maneira crítica que a sociedade civil no Brasil formou-se no ambiente, por excelência, da assepsia política. Marcando que da constituinte de 1988 em diante, está em curso um projeto de distanciamento dos grupos subalternos da esfera pública, lugar cultivado como o lugar de aprimoramento da *intelligentsia* das políticas públicas.

Outrossim, para o autor esse é um projeto global de subordinação, já que

a criação de excedentes populacionais, cuja utilidade está na exclusão do trabalhador do processo de trabalho capitalista e sua inclusão no processo de valorização de formas indiretas de subordinação real do trabalho, por via de relações clandestinas (...) é também o núcleo da concepção do subalterno (MARTINS, 1989, p. 99).

Contribuições como essas, ajudam entender essa é uma meta que corresponde à expansão do capitalismo global que se alimenta de uma forte divisão internacional do trabalho, baseado na difusão de um tipo de trabalho paracapitalista, e uma ideologia que fundamenta o superexploração de mais-valia remontada na estrutura do mercado internacionalizado que controla as identidades subalternas.

Esse é um percurso que vem apontado desde dentro do feminismo, por Safiotti (1976) e mais atualmente por Spivak (2010). Quer dizer que base atual da teoria política global sobre o subalterno, em termos culturais, funda-se na teoria política do “Outro”, apontando à imposição normativa da subordinação de um grupo como instrumento desse acúmulo. No caso da mulher, como um grupo subalterno, a subalternização age em dupla clivagem de subordinação, tendo em vista que,

esta mulher não emancipada, estando duplamente deslocada nele [nele o que?], é o veículo apropriado [...]. [Pois,] separada do centro do feminismo, essa figura, a figura da mulher da classe subalterna, é singular e solitária [...] finalmente, a mulher subalterna esconde uma diferença entre ela e a mulher nativa da elite (SPIVAK, 1994, p. 191).

Isto é, além da divisão social do trabalho e sexual do trabalho, a divisão internacional do trabalho e a (aparente) insignificância de alguns sujeitos no circuito do trabalho produtivo, nutrem esse modelo global de produção social do subalterno.

De acordo então com essa composição, a sociedade civil fundamenta-se como o terreno dos impedimentos e organização de bloqueios para as demandas das classes que são mantidas em tutela pelo estado e subalternas na hegemonia política (as trincheiras que Gramsci

define). Ocorre uma disputa por reconhecimento e poder que se expressam numa guerra de posições, que colocam em lados opostos não a sociedade civil e a sociedade política (sociedade e estado), mas, expressa-se numa distinção entre a sociedade civil e as classes subalternas. Ou seja, uma disputa entre quem configurará o âmbito das influências no estado, quem conformará a esfera política que leva no nome de sociedade civil e que, portanto, irá definir regras e metas que expressar-se -á no estado. Pois o Estado é a vocação política da ação coletiva da sociedade civil. Uma vez que estão canalizadas para o estado as ações de movimentos sociais que conquistaram a esfera pública da sociedade civil organizando e demandando metas para que se cumpra no estado. Neste sentido, é certo dizer que a sociedade civil é um ambiente autônomo, já que é um conjunto de poderes que se auto regulam, pois, assim como o estado, está livre de influências e tem liberdade para organizar-se de forma independente, isto é, de acordo com a força de suas demandas. E por isso não está subordinada em relação à dominação do estado, antes porém, é onde se forma a hegemonia que irá se expressar em termos controle estatal.

Portanto, quando entendemos que é na sociedade civil o lugar onde são formadas regras que delimitam a ação do estado, nossa figura em relação à política se modifica. Pois, passamos a compreender que os limites de atuação do estado são configurados momentos antes de sua vida objetiva. Compreendendo no período em que ocorre a disputa entre os poderes sociais que são majoritários na sociedade civil. E que depois essas metas são transplantadas à esfera pública que representam os governos. Entretanto, a sociedade civil, como é a esfera dos negócios e das oportunidades, está regida por leis variáveis, institucionalizadas socialmente, e não delimitadas textualmente em formas de leis e burocracia física. O que quero dizer, é que a sociedade, tal como a entendemos na modernidade, expressa na sociedade civil seus conteúdos majoritários e autoritários e usa o estado para desenvolver as suas dinâmicas de privilégios. A sociedade civil é o ambiente de preservação dos direitos restritos das identidades sociais hegemônicas.

Considerações Finais

Os critérios que são elencados na problemática do trabalho aqui esboçado, aponta para a confirmação levantada de que o feminismo de estado assumiu posição antagônica à meta de emancipação da mulher quando guinou sua jornada para subsidiar o pacto de união nacional das massas populares com o ideal da sociedade civil, de assumir o controle do estado proje-

tando uma imagem de inclusão social que é abandonada, logo que se passa a observar os gestos da sua política inclusiva.

O enquadramento do texto foi elaborado procurando confrontar as intenções e os gestos comunicados na mobilização das conferências, fazendo-se mister assinalar que pelo interior do Brasil, o público que é tendencialmente mobilizado pela participação encontra um espaço pouco flexível de atuação de suas demandas políticas e sociais. Pois, ao acompanhar as conferências pelo interior percebi que o que está presente é um paradoxo entre centro e periferia, que inviabiliza a aproximação das comunicações entre os dois mundos. Por quanto seja, a articulação é determinada desde Brasília, onde se encontra a Secretaria nacional da Política para as Mulheres e em consequência, a Coordenadoria Estadual cria uma prerrogativa para as conferências municipais, ou seja, a mobilização fica a cargo das instâncias governamentais que mobilizam a comunidade para participar dos eventos, na qualidade de ouvinte e ou ratificadora das propostas, que por sua vez são apresentadas para serem votadas com temário e objetivos já prontos. Nesse caso, fica ausente o espaço propositivo destinado a receber acréscimos e contribuições, ou mesmo indicativos de fracasso e êxito dos ideais empregados como se fossem medidas efetivas.

No que tange a configuração dos eventos, logo de pronto, o destaque é dado para a mesa de personalidades políticas, seguido por uma palestra sobre o feminismo e as conquistas das políticas públicas. Em geral, onde as figuras estatais e seus aliados (movimentos sociais) exaltam a existência de serviços que não funcionam na prática para as reais clientes desses serviços. Em cenário rural e indígena, ainda o cenário se apresenta de forma mais precária desses serviços, mesmo assim, é arregimentada a presença de mulheres indígenas que são cotadas para compor a delegação que vai frequentar as etapas superiores, culminando na plenária nacional, onde um panorama das políticas públicas de teor inclusivo será imprimido do processo. Quanto ao emprego de categorias sociológicas para avaliar os fatos, nota-se que há um abismo criado no exercício da cidadania desses referidos grupos na política do Estado, entretanto, as conferências, mesmo em se tratando de tema cabível para inaugurar um debate sobre a questão, não é assim percebida pela presença do feminismo, já que esse expressa no estado em forma de secretarias e que tem como recurso salvaguardar a legitimidade do governo, como um feminismo histórico que chegou ao topo de sua trajetória, mas, que nesse momento está destacado da emancipação das mulheres.

O que fica bastante notório também é que para os operadores de políticas públicas as mulheres rurais são consideradas massa agregada, e por isso são vistas como necessárias apenas para sancionar o processo de participação que é erigido e legitimado pelos movimentos

sociais que atuam como mensageiros de um mundo urbano e promissor. Por isso, a participação das mulheres rurais é contabilizada, apenas de forma estigmatizada em atenção especial ao momento da composição das delegações, momentos em que são incentivadas a candidatar-se pois há uma expectativa de classificação da participação por ‘segmentos sociais’, medida estatística necessária para subsidiar um panorama plural, criando uma falsa noção de que o estado está propiciando melhorias de vida e cidadania com tal atitude. Entretanto, o argumento sustentado aqui neste trabalho é de que a participação é apenas planfletária, uma vez que essas mulheres não são ouvidas, e quando se expressam, não são oferecidas respostas para suas dificuldades e, muito menos, não há indícios nem em forma de oratória, que essas questões receberão um retorno em forma de política pública advinda dos setores que articulam a pasta de gênero no espaço estatal. O que existe, muito pelo contrário, é a veemente afirmação de que os serviços evoluíram e estão presentes no dia-dia da cidadã brasileira. Para esse ponto, um resgate histórico da atuação do feminismo é apresentado como forma de progresso dessa questão.

Grosso modo, esse tratamento não é uma novidade no Brasil, já que os sujeitos que se encontram no ambiente periférico e são subalternos recebem um tratamento isolado pelos intelectuais brasileiros que outrossim tem sempre uma proposta pronta para suscitar o consenso da população. Por esse motivo de estar sempre subalternizados, os grupos à margem encontram mais dificuldades para impor suas bandeiras políticas, sendo que muitos deles sequer obtêm o direito de ser considerados cidadãos de um Estado nacional. São tratados assim no Brasil, em especial, os povos indígenas e povos do campo e floresta. O que causa espanto, é ver um movimento como o feminismo, que nasce da articulação dessa exclusão, coadunar dessa perspectiva e invisibilizar as demandas de mulheres que se encontram à margem da história, em nome do estado e da política governamental.

Gramsci acerca desse fenômeno de cooptação das iniciativas políticas populares entende que “existe uma tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes” (GRAMSCI, 2002, p. 135). Por isso, os grupos hegemônicos, buscando manter-se na dirigência política, exercendo o trabalho de incutir sua moral doutrinariamente às demais camadas da sociedade, visando angariar para si o poder e legitimar seus privilégios de classe. Chama atenção que esse é um fato que ficou marcado desde a Revolução Francesa, e que demonstra a que ponto os elementos dos grupos subalternos são transformados em “algo de bárbaro ou de patológico aos olhos da elite social” (Id., Ibid., p. 131). Cabendo serem guiados constantemente por um grupo de elite intelectual.

Entende-se assim, que a esfera política da sociedade civil no Brasil, consolidou-se pela ação coletiva da redemocratização, nos anos 1980, período que envolveram a atividade dos variados movimentos sociais na composição de um regimento democrático para a política do estado e contou com a atuação aguerrida dos movimentos de mulheres e feministas, transformou-se em seus propósitos, apresentando-se na atualidade com grandes dificuldades de consolidar o escopo de sua gestão enquanto ente de luta por emancipação da mulher dos ensejos subalternizadores, tendo em vista que muitos desses ensejos gravitam pelo estado e encontram-se presente no tipo de política suscitada na sociedade civil, com haja dito. Dentro desta perspectiva entende-se que a razão desta transformação se dá em função de uma natureza ambígua que aos poucos foi definindo os movimentos que deixaram seus trabalhos de luta por autonomia, seja implementando barreiras para o avanço da política de padrão tradicional, oferecendo contestação e resistência para o controle violento de suas vontades, para afiançar uma estrutura política completamente dependente da estrutura de dominação física e psíquica que é o estado e as estruturas normativas de sua política de busca pela manutenção do poder.

Outrossim, fica patente a existência de uma participação panfletária, que dá substância para uma política cidadã que fica apenas na aparência. Pois, encontra-se centrada unicamente no segmento urbano da população, abandonando as identidades do campo da cidadania nacional. Visto desde dentro desse ambiente excluído, as políticas públicas são privilégios de um desenvolvimento do espaço urbano, mais uma vez, e o Brasil continua etnocêntrico e elitista, mantendo-se longe do comprometimento com problemas demandados pelas partes rurais e principalmente indígenas da reafirmação da cidadania. Nesse caso, as classes subalternas são agenciadas pelo pluralismo pragmático da participação, conforme encontra-se em Cruz (2015).

Assim sendo, a atuação do feminismo de estado não foge da lógica da política dos cargos e poderes que é pertinente do ambiente político dos setores governamentais, quando não são geridas pelas esposas do chefe do executivo local, as Secretarias são fonte de disputa pelas lideranças e entregues ao seu respectivo partido, comportamento elementar a partir de então é rivalizar a política de gênero, primeiro pela cisão entre feminismo de socialista e feminismo liberal, e depois através das disputas partidárias, que fragmenta ainda mais a união de pautas para as mulheres, resumindo-se na cobertura política do poder governamental. Nesse caso, para aspirar a uma posição em uma dessas pastas, é preciso firmar vínculos entre os grupos de elite e o partido do chefe do executivo local.

Observou-se também que a relação que se estabelece entre as lideranças da política de gênero é uma relação de objeção e incompatibilidade extremada. Elemento enraizado pela

oposição partidária e que se expressa na falta de união em torno do reconhecimento identitário de gênero. Relação marcada pelo poder simbólico do ambiente político que impede que estabeleça aliança e cooperação entre elas para deixar de reproduzir a violência simbólica e institucional que acomete as mulheres. Outro fato interessante que foi observado é que há restrições quando ao aceite de novas figuras como membras do grupo de feministas. Ou seja, há uma perceptível negação de reconhecimento às novas agentes iniciantes na área de gênero, como se esse fosse um campo restrito, com rituais de permissão sob controle das veteranas participantes. Esse dado foi classificado por mim quando percebi pessoalmente que as novas figuras que surgem no cenário, enfrentam a resistência das veteranas em ser reconhecidas como feministas.

Em geral, acerca dos bastidores de gabinete, o discurso que distanciam uma e outra liderança feminista, é a discórdia entre os estilos de governar que não são delas, mas se referem a seus mencionados partidos. Trava-se, então, de uma disputa pelo estilo “mais popular” de uma, contra a “arrogância elitista” da outra. Entretanto, o que não observam é que a política de gênero tal qual está fundamentada recai no mesmo problema da ineficiência, independente do estilo que assumir a posição que tem a secretária. Porque essa é a única aposta da política de gênero para a realidade presente, nela está concentrada uma gama de energia do movimento que confia na força do Estado (burguês) o ato de corrigir os déficits da equidade de gênero, entretanto, o que obtém-se desse fato são inequidades e disparidades de participação entre as próprias mulheres.

Em examine ao material oficial da secretaria nacional para a política de gênero, é possível encontrar dois termos conceituais que norteiam a execução das políticas da secretaria: transversalidade e empoderamento nos espaços de poder. Tanto um como outro adquirem, na prática, o efeito de desarticular as metas do feminismo.

A *transversalidade*, segundo a proposta da política de gênero, trata de incutir a concepção de equidade de gênero nas outras instâncias administrativas, tais como educação, saúde, trabalho, emprego e renda, habitação, segurança pública, entre outros. O objetivo central é fazer com que os diversos setores do governo sejam sensibilizados ou porventura compelidos a adotar as metas traçadas pelo PNPM³. Por isso, a transversalidade é tratada como ponto elementar nos documentos do feminismo institucional⁴.

Segundo consta no documento oficial da SPM,

³ Plano Nacional de Política para as Mulheres.

⁴ As publicações técnicas da SPM estão disponíveis no site www.spm.gov.br.

transversalidade é, antes de tudo, um pacto de responsabilidades compartilhadas que deve envolver, no caso da Política para as Mulheres, todos os órgãos do governo e todos os entes federativos, garantindo-se a participação social. Isso porque somente uma ação conjunta de todos os setores pode obter sucesso em mudar a realidade de desigualdade entre homens e mulheres, tão candente e, ao mesmo tempo, tão cotidiana em nosso país (SPM, 2011, p. 6).

No entanto, o caráter técnico e institucional desta política não define um objetivo específico, nem quem vai atender e nem como será feito esse atendimento, visto que de acordo com a transversalidade elenca-se uma série de secretarias para executar tais políticas, e dentre as quais há muita confusão sobre as responsabilidades que cada secretaria tem e deve assumir nas ações. Neste sentido, as funções das secretarias e organismos gestores de políticas são indicadas pelo PNPM, mas não são comunicadas a outros organismos gerando grande confusão a respeito das atribuições e das competências no implemento das ações propostas. Também não fica claro em qual contexto e nem sob qual perspectiva a sociedade receberá esses serviços. Assim, a transversalidade se aproxima bastante do conceito de ineficiência do Estado já que o método, tal como posto em prática, implica falta de objetividade e acaba no entrave da execução real de qualquer proposta. Enfim, o que ficou patente durante a pesquisa de campo é o quanto medidas como essa gera desinformação e desorientação a quem tenta coordenar alguma ação de gênero dentre as secretarias.

Um exemplo disso é a rede de enfrentamento ao combate à violência contra a mulher. Uma das principais ações que marca a mobilização da problemática das relações de gênero e é a bandeira elementar da política oficial da secretaria, sendo inclusive, o que a define por natureza. Entretanto, este é um problema que caracteriza a malograda meta da transversalidade das políticas públicas. Pois o que acontece na realidade desse organograma é um jogo de empurra-empurra das responsabilidades do agir para com a vítima, bem como contra o agressor.

A rede tecnicamente envolve o encaminhamento da vítima para estabelecimentos de lei, acolhimento psíquico e tratamento de saúde, que visa atender o problema e dar sequência na apuração da punição do agressor. No entanto, a principal reclamação por parte das mulheres nas reuniões das conferências é que a rede não atende como informa o discurso da Secretaria da Mulher, Coordenadoria Estadual, Delegacia da Mulher, etc. Primeiro, porque o número de delegacias especializadas no atendimento à mulher é ínfimo nas cidades do interior. Sendo inexistente no espaço rural, não obstante haja índices altos de violência doméstica nas cidades e nos ambientes rurais; segundo porque a gestão dos organismos vinculados à rede encontra sérios limites de execução, inclusive de abordagem sobre o entendimento sobre o que configura uma violência doméstica. Segundo relatos presenciados durante as plenárias,

esses limites vão desde embates valorativos que se relacionam com a religiosidade dos agentes de atendimento, se estendendo para as disputas pela liderança dentro das repartições tendo como pano de fundo a proteção ao partido da gestora.

Já a respeito da problemática criada pelo *empoderamento* nos espaços de poder, o que foi observado é uma nítida cisão entre as mulheres que são cotadas para ocupar os espaços de poder e os horizontes da vida das mulheres nas periferias ou nas comunidades rurais, que não estão em questão. De acordo com o levantamento etnográfico é forte a percepção que há uma segregação que é reproduzida pelas secretarias que expressa o paradoxo centro *versus* periferia, em que a mulher subalterna está representada na forma de exclusão e invisibilidade nos projetos que o organismo de política para as mulheres projeta. Temos em vista que os serviços públicos são cada vez mais inacessíveis para a população pobre do interior rural e das periferias urbanas, e a grande maioria desses clientes são as mulheres⁵. No entanto, isso é imperceptível pela dirigência do feminismo, pois desconsidera a existência de um mundo extra-urbano e extra-acadêmico. A prova disso é que a mulher da periferia não participa de nenhum pacto estabelecido entre o feminismo e o Estado.

Anexo aqui um trecho do documento publicado pelo conselho das mulheres indígenas, ou *cuña-aty-guassú*, para documentar a questão da segregação e da percepção da segregação pelas mulheres indígenas:

Falta remédios; Mulheres de Caarapó dizem que um único médico atende cinco aldeias, dificultando muito o atendimento; Falta de transporte para atendimento à saúde. Quando solicitado nas aldeias a demora é muita. Às vezes deixam para o dia seguinte; A demora na marcação dos exames e recebimento dos mesmos. Muitas vezes, no caso das gestantes, os exames solicitados chegam depois que nasceram as crianças; no caso de doenças graves as pessoas ficam um longo tempo sem remédios até a chegada dos exames, muitas vezes avançado o caso e até levado à morte(...); Comunidade Taquara e kurusu Ambá denunciaram a questão dos agrotóxicos (envenenamento) que são passados no entorno das aldeias, causando sérios problemas na saúde da população como: vômito diarreia e dor de cabeça; Falta de material para atendimento dos dentistas em todas as aldeias. Muitos não têm nem anestesia para a extração dos dentes; A demora no recebimento dos remédios após a consulta. Demora de quatro a cinco dias; Em Santiago Kue o atendimento médico é somente particular. Tem que pagar consulta internação e remédio; não estão tendo nenhum tipo de atendimento pela SESAI; Falta de apoio e estrutura para os conselheiros locais se reunirem para formação e discussão dos problemas na área da saúde (Cuña-Aty-guassú, 2012).

⁵ Estudos sobre a feminização da pobreza: ONU; PNUD; MÉSZÁROS.

Conclui-se, dessa maneira que estão excluídas das políticas públicas as mulheres indígenas, assim como as mulheres rurais e camponesas, as mulheres negras e das periferias, já que as metas para a periferia não se expressam no feminismo de Estado.

Entretanto, na situação em que se encontra o feminismo de estado não há possibilidade para que seja percebido um refluxo na sua experiência como movimento social. Pois, ao institucionalizar-se, passou a desconsiderar o fato de que os operadores do governo anulam seu potencial crítico ao optar pela anuência de uma política ineficaz. Isso ocorre ao feminismo quando tenta enveredar-se pelo *ranking* da ascensão aos espaços de poder. Spivak (2010) dirá sobre isso, que a mulher subalterna, *é o outro*, do feminismo hegemônico, pois é a esta mulher que a correspondente da elite precisará derrotar para continuar liderando a pirâmide ocidental do discurso de gênero. Por meio da análise das ações temáticas realizadas pelo feminismo de Estado procurei demonstrar que o governo ignora de fato uma política emancipadora para as mulheres, mas incorpora a prosa feminista na perspectiva de agregar discursos políticos que atribuam um caráter legítimo e integral à sua plataforma de governo *democrático*.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Orientações Estratégicas para Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011.

BUCCI-GLUKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CISNE ÁLVARO, Mirla. Feminismo, luta de classes e consciência feminista no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social).

CISNE, M.; GURGEL, T. Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres, in: **SER Social**, Vol. 10, n. 22, 2008, p. 69- 96.

COSTA, Ana Alice. El movimiento feminista en Brasil: dinámicas de una intervención política. **Anuário de Hojas de Warmi** nº 16, 2011.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRUZ, Fabiane Medina. **Política para as Mulheres ou Feminismo de Estado? As Conferências da Mulher no Mato Grosso do Sul**. Universidade Federal da Grande Dourados, 2015. Dissertação de Mestrado.

_____. Feminismo e Subalternidades: Os limites da participação nas Conferências da Mulher em Mato Grosso do Sul. In: **II Geofronteras - Seminário Internacional de los Espacios de Frontera: diferenciaciones e interconexiones (Anais)**. UNAM: Argen-

tina, 2014. Disponível em: <https://2geofronteras.wordpress.com/2014/06/02/3-movimientos-sociales-y-conflictos-en-la-frontera/>

CUÑA-ATY-GUASSÚ, 2012. In: relatório Comitê Estadual em Defesa da Lei Maria da Penha. **CPMI da violência contra a mulher em mato grosso do sul**. Campo Grande, 13 de Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20311.pdf>. Acessado em: 22/03/2014.

DANTAS, André. Estado, Reforma Sanitária Brasileira e Democracia participativa: as intenções e os gestos. Rio de Janeiro: **Seminário Internacional: Poder Popular na América Latina**, 2014 (Mimeo).

GOUGES, Olympe, **Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã**. Paris: 1791. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html>. Acessado em: 05/07/2016.

GRAMSCI, Antônio. **Escritos políticos: 1921-1926**. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2004. Vol. 2.

_____. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.

_____. À margem da história (História dos grupos sociais subalternos). **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol. 5.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político. 2. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação nos Movimento Sociais no Campo**. São Paulo, SP: Hucitec, 1989.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 185-202, Junho, 2003.

PEIRANO, Mariza GS. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: **Três ensaios breves**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Petropolis, RJ: Vozes, 1976.

SIMIONATTO, Ivete. O Social e o Político no pensamento de Gramsci. In: AGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri C. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.